

Geopolítica e Economia do Ciclo Americanista da Política Externa Brasileira

DOI: [10.29327/2283050.14.4-7](https://doi.org/10.29327/2283050.14.4-7)

Thiago Henrique Barros Cardoso¹

Leonardo da Silva Lima²

Resumo

A finalidade deste trabalho é estudar o Ciclo Americanista da Política Externa Brasileira (PEB), delimitado entre 1902, com a formação da Aliança não-escrita, e 1977, com a renúncia ao Acordo Militar de 1952, tendo por foco as reflexões geopolíticas e econômicas sobre o período. O objetivo é identificar o relacionamento entre o desenvolvimento da economia e o crescimento da autonomia no campo da política externa. Como resultado, identificou-se uma relação entre o desenvolvimento econômico e uma PEB mais assertiva. A base cronológica deste trabalho baseia-se no texto *Os cinco "As" das Relações Brasil-Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação*, de Monica Hirst (2006).

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Relação Brasil-EUA; Ciclo Americanista.

Geopolitics and Economics of the Americanist Cycle of Brazilian Foreign Policy

Abstract

The objective of this paper is to study the North-American period in the Brazilian Foreign Policy (BFP), delimited between 1902, with the formation of the Non-written alliance, and 1977, with the renounce to the Military Agreement of 1952, focusing on geopolitical and economic reflections on the period. The goal is to identify the relationship between the development of the economy and the growth of autonomy in the field of foreign policy. As a result, a relationship between economic growth and more assertive BFP has been identified. The chronological basis of this work is based on the text *Os cinco "As" das Relações Brasil-Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação*, by Monica Hirst (2006).

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Brazil-EUA Relationship; Americanist Period.

Geopolitics and Economics of the Americanist Cycle of Brazilian Foreign Policy

Resumen

El propósito de este trabajo es estudiar el ciclo estadounidense de la Política Exterior Brasileña (PEB), delimitada entre 1902, con la formación de la alianza no escrita, y 1977, con la renuncia al Acuerdo Militar de 1952, centrándose en reflexiones geopolíticas y económicas sobre el período. El objetivo es identificar la relación entre el desarrollo de la economía y el crecimiento de la autonomía en el campo de la política exterior. Como resultado, se ha identificado una relación entre el desarrollo económico y una PEB más asertiva. La base cronológica de este trabajo se basa en el texto *Os cinco "As" das Relações Brasil-Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação*, por Monica Hirst (2006).

Palabras-clave: Política Exterior Brasileña; Relación Brasil-EUA; Ciclo Americano.

¹Mestrando em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos (IMM) - ECEME.

²Mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Doutorando em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos (IMM) - ECEME.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo estudar o Ciclo Americanista da Política Externa Brasileira (PEB), delimitado entre 1902, com a formação da Aliança não-escrita, e 1977, como a renúncia ao Acordo Militar de 1952, tendo por foco as reflexões geopolíticas e econômicas sobre o período. A base cronológica do trabalho baseia-se no texto *Os cinco "As" das Relações Brasil-Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação*, de Monica Hirst (2006), do qual empregaremos a delimitação temporal correspondente as três primeiras fases. O artigo busca analisar a correlação entre desenvolvimento da economia brasileira e maior grau de autonomia da PEB.

Este trabalho traz ainda uma revisão acerca do chamado *Ciclo Americanista na PEB*, que versa sobre a Aliança não-escrita do Barão do Rio Branco, a Equidistância Pragmática e a participação na IIª Guerra Mundial, no período Vargas, o Fim do Relacionamento Especial no período 1946-1954, a PEB no período JK (1956-1961) e a Política Externa Independente (PEI) de Jânio Quadros (1961). Finalmente, sobre o *Fim do Ciclo Americanista na PEB*, o texto analisa o período da autonomia da política externa brasileira, representado pelo Pragmatismo Ecumênico e Responsável, do presidente Ernesto Geisel (1974-1979).

1. A política externa dos Estados Unidos para a América Latina no século XIX

Antes de uma discussão sobre a relação bilateral entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA), torna-se necessário referenciar alguns marcos, para balizar o período anterior à “americanização” da PEB. O mais importante deles é o estabelecimento, por James Monroe (1817-1825), presidente dos EUA, em sua mensagem ao Congresso, em 2 de dezembro de 1823, da Doutrina Monroe, que regeu ideologicamente as relações dos norte-americanos com a América Latina (USA, 1823, tradução dos autores):

Julgamos propícia esta ocasião para afirmar como um princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência europeia.

Para o general Meira Mattos (2011), o monroísmo era, inicialmente uma doutrina americanista, caracterizada como unilateral, tutelar, pacifista e democrática. Tratava-se de um conceito continentalista que, na sua primeira fase, conduziu a um isolamento por parte

dos EUA. Porém, esta tendência seria revertida, inicialmente, por meio da expansão populacional norte-americana para o sul, constituindo um enclave dentro do Estado mexicano do Tejas, futuramente incorporado aos EUA (GERHARDT; FERNANDES DE AZEVEDO, 2017). As disputas pela área culminaram com a Guerra Mexicano-Americana (1846-1848), na qual o México perdeu cerca de metade do seu território (McPHERSON, 1988). Esse movimento de expansão e de reordenamento territorial avolumou-se depois da Guerra de Civil Americana (1861-1865), pois, conforme Salazar e Lorenzo (2008), o final do conflito delineou um período de forte intervenção de Washington nos países da América Latina.

Tal tendência se fortaleceria durante o final do século XIX, culminando com a Guerra Hispano-Americana (1898), que marcou formalmente o início da tradição imperialista dos EUA, já que este abandona seu território continental e expande sua influência sobre novos territórios no Caribe (SCHOULTZ, 2000).

Esse ponto de vista é corroborado por Doratioto (2012), ao identificar que esse novo projeto hegemônico não se tratava apenas do reflexo externo da consolidação da política industrial pós-Guerra Civil, mas uma reinterpretação da Doutrina Monroe para atuar num contexto de rivalidade nascente entre EUA e Grã-Bretanha pela ascendência política e econômica sobre a América Latina.

Essa reinterpretação da Doutrina Monroe conduziu a abordagem panamericanista, em que os norte-americanos se tornariam os defensores dos demais países do continente e os responsáveis por garantir a convivência harmônica entre eles, sendo materializada pela convocação, por parte dos EUA, da Iª Conferência Pan-Americana, realizada em 1889, na cidade de Washington (DORATIOTO, 2012).

Na visão de Cervo e Bueno (2011, p. 155), essa conferência, apesar de fazer concessões à tradição idealista das relações internacionais, na verdade, conduziria o panamericanismo à esfera do Realismo, pois tentaria “convertê-lo no instrumento que viabilizasse o programa de dominação capitalista sobre o continente”.

1.1. A política externa do Brasil no final século XIX

Dois fatos marcaram a PEB no final do século XIX: “o declínio dos vínculos dominantes do Brasil com o mundo Europeu, particularmente com a Grã-Bretanha” (HIRST, 2006, p. 94) e a consequente “transição da política externa imperial para a política externa republicana mais americanista” (ALMEIDA, 2013, p. 312).

Cervo e Bueno (2011, p. 151 e 152) elogiam a PEB do final do Império em seu relacionamento com os EUA, chamando-a de “cautelosa e pragmática” e classificando-a de “bem-sucedida”, pois, diante do cenário internacional, ela conseguiu:

- a) manter e ampliar a exportação de café;
- b) situar o governo norte-americano em condições de não ingerência direta nas ações brasileiras sobre o Prata;
- c) dissuadi-lo de apoiar diretamente a ocupação da Amazônia;
- d) abrir-lhe a economia brasileira para seus inventos e investimentos, após a viagem de D. Pedro II à exposição de Filadélfia de 1876;
- e) não ceder privilégios por um novo tratado que viesse restringir a soberania das decisões externas.

Doratioto (2012, p. 134) sintetiza os pontos principais da diplomacia imperial, ao afirmar que ela “preocupava-se em manter a liberdade de ação externa do país, evitando que a aproximação com os Estados Unidos, em curso desde a década anterior, implicasse o distanciamento da Europa”. Observa-se que a preservação do relacionamento com os europeus desempenhava papel importante na agenda da PEB, pois marcava uma posição ideológica, ao contrapor a monarquia à república, conduzindo a identificação do Império mais com a Europa civilizada e suas monarquias do que com as repúblicas instáveis da América Latina (ALMEIDA, 2013).

Para Bethell (2012), o Movimento Republicano brasileiro nasceu com a ideia de contrapor-se a diplomacia imperial, visando diminuir o isolamento político e cultural do Brasil com as demais repúblicas do continente, especialmente com os EUA. Neste contexto, Bethell (2012) e Almeida (2013) concordam que a nascente república aproveitou a Conferência de Washington para “americanizar” a PEB. Para comprová-lo, Bethell (2012) cita as instruções recebidas do Itamaraty³ por Salvador Mendonça, chefe da delegação brasileira na conferência, para seguir o “espírito americano”.

Contudo, Cervo e Bueno (2011) acreditam que, apesar das novas ordens emanadas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), essa reorientação da PEB promovida nos anos iniciais do regime republicano foi desordenada. Os autores citam o elevado número de ministros que ocuparam a pasta, totalizando onze chanceleres⁴, excetuando-se ainda os interinos.

³Trata-se da antiga sede do Ministério das Relações Exteriores (MRE) entre 1899 e 1970, em virtude da relação estabelecida entre a diplomacia brasileira e o antigo edifício, fez com que o termo Itamaraty se tornasse sinônimo para o referido ministério (BRASIL, 2016).

⁴Na política brasileira, o termo Chanceler é sinônimo de Ministro das Relações Exteriores.

O destaque do relacionamento Brasil – Estados Unidos no final do século XIX ocorre nos acordos celebrados durante a Iª Conferência Pan-Americana. Os norte-americanos propunham a criação de uma “união aduaneira continental, a adoção da moeda comum a todos os países americanos e o estabelecimento de arbitramento obrigatório em eventuais divergências entre eles.” (DORATIOTO, 2012, p. 134). O Brasil, depois da Proclamação da República, muda sua posição e aceita a proposta do arbitramento obrigatório para resolução de controvérsias (ALMEIDA, 2013). Porém, os outros dois temas não eram de interesse do país, pois o “Brasil praticamente não tinha relações comerciais com o resto do continente, exceto com o cone sul e com os EUA”, este se configurava como “o principal destino das nossas exportações, por conta da prevalência do café”, dessa forma, “uma união ampla não fazia sentido para o país” (ALMEIDA, 2013, p. 314 e 315).

A diplomacia brasileira, ainda embalada no idealismo dos primeiros anos da república, para contornar um acordo comercial mais amplo, construiu com os EUA um acordo bilateral em 1891, no qual “o Brasil isentou um grande número de produtos norte-americanos de impostos de importação, enquanto os Estados Unidos o fizeram para o couro, o açúcar, o melado e o café brasileiros” (DORATIOTO, 2012, p. 135). Tratava-se de um acordo sem reciprocidade, pois garantia melhores condições para os Estados Unidos. Doratioto (2012) e Almeida (2013) concordam que a motivação brasileira foi facilitar a entrada de açúcar no mercado norte-americano, aumentando as vantagens em comparação com o produto cubano, já que o café não possuía concorrentes.

Contudo, Washington, em agosto de 1894, promulgou nova lei aduaneira, “pela qual o açúcar brasileiro passou a ser taxado em 40% *ad valorem*”, inviabilizando o acordo. O governo Floriano Peixoto (1891-1894) renuncia ao tratado, realizando um ajuste na PEB, substituindo o idealismo pelo pragmatismo (DORATIOTO, 2012).

Apesar deste primeiro desentendimento, o governo Floriano Peixoto recebeu importante apoio norte-americano em dois momentos. O primeiro foi durante a intervenção brasileira na política paraguaia, quando o Rio de Janeiro patrocinou um golpe de Estado em favor do general Bernardino Caballero contra José Segundo Decoud. Washington recusou-se a reconhecer os partidários de Decoud como beligerantes, bloqueando a compra de armas pelos revoltosos no mercado norte-americano (DORATIOTO, 2012). O segundo foi durante a Iª Revolta da Armada (1893), em que o

apoio dos Estados Unidos foi essencial para a vitória brasileira, pois, naquele momento, o Brasil perdia apoio dos europeus (CERVO; BUENO, 2011).

Esse relacionamento foi reforçado pelo convite realizado pelo governo de Brasil e Argentina ao presidente dos Estados Unidos, em 1889, para arbitrar o litígio fronteiriço na região de Palmas, demonstrando a confiança e a cordialidade dos governantes dos dois países para com os EUA (CERVO; BUENO, 2011). Além disso, Hirst (2006) elenca que o apoio dos EUA ao Brasil nas questões fronteiriças não se restringiu apenas a Questão de Palmas, mas também aos contenciosos conhecidos como Questão do Amapá e Questão do Pirara, enquanto os brasileiros proporcionaram apoio logístico aos norte-americanos, em 1898, durante a Guerra Hispano-Americana, já que, apesar da neutralidade brasileira, Prudente de Moraes (1894-1898) vendeu dois encouraçados aos Estados Unidos (DORATIOTO, 2012).

Em relação à economia, a substituição da Europa pelo EUA mostrou-se mais lenta que na política, pois os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) provenientes do Reino Unido cresceram exponencialmente desde 1840 e totalizaram, em 1890, 40 milhões de libras esterlinas, das quais 80% corresponderam a inversões no setor ferroviário. A Grã-Bretanha constituía-se no maior investidor no Brasil (BAUMANN; GONÇALVES, 2016; ABREU; CORREIA DO LAGO, 2001), enquanto os recursos norte-americanos eram insignificantes (ABREU, 1986).

Esse período observou os Estados Unidos tornarem-se o principal importador do café brasileiro. As vendas brasileiras corresponderam, ao final de 1880, a 70% das importações norte-americanas de café. Contudo, a Inglaterra figurou, até a década de 1870-1880, como o principal destino das mercadorias exportadas pelo Brasil. Entre 1870 e 1873, o Reino Unido correspondeu a 39,4% do valor das exportações e, em seguida, os Estados Unidos, a 28,8% (BAUMANN; GONÇALVES, 2016).

1.2. A Aliança não-escrita do Barão do Rio Branco

O termo Aliança “informal” ou “não escrita” teve sua origem no trabalho de Bradford Burns (2003), em sua primeira edição de 1966, para qualificar o relacionamento entre Brasil e EUA, tendo como o principal agente desse processo o Barão do Rio Branco, durante sua permanência como Chanceler entre 1902-1912.

Cervo e Bueno (2011) e Doratioto (2012) concordam que a percepção do chefe da diplomacia brasileira se configurou acertada, pois o estadista percebeu que a ordem

européia passava por um processo de esgotamento, optando por um distanciamento gradual da influência inglesa. Torna-se interessante observar que esse movimento de aproximação correspondeu também a uma nova fase da economia brasileira, pois os EUA tornaram-se o maior destino das exportações de café do Brasil, bem como aumentara a presença comercial e os investimentos diretos em áreas em que tradicionalmente predominava a influência inglesa. Nesse período as relações bilaterais ganharam consistência (HIRST, 2006).

Para o Barão de Rio Branco (CERVO; BUENO, 2011), a Doutrina Monroe não era a principal ameaça a soberania brasileira, pois era considerada como defensiva. O problema residia era exatamente na agressividade europeia, comprovada pelo bloqueio naval imposto à Venezuela, entre 1902-1903, por Grã-Bretanha, Alemanha e Itália, em virtude de aquela não haver solvido sua dívida externa.

Além desses fatos, Almeida (2013) destaca que outros dois fatores introduziram essa visão contrária ao Velho Mundo dentro do Itamaraty. O primeiro foi a Questão de Trindade (1895), que descortinou o imperialismo britânico, em virtude da invasão do território brasileiro. O segundo foi sua experiência em cargos na Inglaterra, França e Alemanha, nesta última acompanhou a ascensão da *Weltpolitik* do *kaiser* Guilherme II.

O Barão do Rio Branco observou também que a amizade com os Estados Unidos serviria para contrabalancear a aproximação entre Grã-Bretanha e Argentina, no contexto da rivalidade herdada pelas questões platinas (CERVO; BUENO, 2011).

Neste contexto, o chanceler costurou a promoção da representação brasileira em Washington à condição de Embaixada, em 1905, obtendo a reciprocidade quanto à representação norte-americana no Rio de Janeiro. Para a função de embaixador, nomeia Joaquim Nabuco, reconhecido na América do Norte como grande expoente abolicionista. Ambos enxergavam que os EUA se tornavam o centro de um novo sistema de poder e este serviria para proteger o Brasil do imperialismo europeu, pois essa aproximação dava ao país maior liberdade de ação para discutir as questões lindeiras em aberto (CERVO; BUENO, 2011). Torna-se importante mencionar que o Brasil, à época, possuía fronteira, no norte da Amazônia, com França, Holanda e Inglaterra e que o apoio norte-americano aos europeus poderia comprometer a integridade territorial brasileira (ALMEIDA, 2013). Como resultado dessa orientação, o Brasil conseguiu neutralizar uma possível intervenção norte-americana na questão lindeira do Acre em defesa do *Bolivian Syndicate*, fator essencial para as negociações da Questão do Acre (1902).

No entanto, essa aliança não esteve isenta de controvérsias, pois o chanceler brasileiro não perdeu seu senso de pragmatismo, divergindo quando existia espaço para fazê-lo. A maior delas foi durante a participação brasileira na IIª Conferência de Haia, em 1907, na qual os países se colocaram em polos opostos, com o Brasil sustentando a tese da igualdade jurídica entre as nações, a fim de pleitear um assento permanente na Corte Internacional de Justiça, enquanto os Estados Unidos defendiam a hierarquização dos países na composição do tribunal (DORATIOTO, 2012; ALMEIDA, 2013).

Dentre as convergências, destacou-se a atuação brasileira, em conjunto com argentinos e chilenos, para reduzir as tensões entre Estados Unidos e México, oriundas de um incidente, em 1914. O incidente envolveu a prisão de marinheiros norte-americanos bêbados no porto de Vera Cruz, em solo mexicano, por autoridades deste país. Doratioto (2012) afirma que a atuação do grupo ABC, sigla com as iniciais dos três países sulamericanos, evitou uma nova guerra entre os dois países da América do Norte. Neste contexto, Washington e Cidade do México romperam relações e o Rio de Janeiro passou a representar os interesses norte-americanos no México.

Dados econômicos mais precisos indicam que, apesar da aliança promovida com os EUA, em 1929, próximo ao final da República Velha, o Reino Unido ainda permanecia como maior investidor estrangeiro no Brasil. O país era o segundo destino de capitais britânicos na América Latina, totalizando 16,1% das inversões, superado apenas pela Argentina, com 33,8%. Em comparação, o Brasil recebia apenas 4,7% do investimento norte-americano contra 21,8% das inversões no México e 21,5% em Cuba (FRANCO; CORREIA DO LAGO, 2001). Para fins de quantificação, Saes e Szmrecsányi (1985, p. 16) levantaram dados de entrada de capital no Brasil entre 1914 e 1930 (Tabela1).

Tabela 1 - Origem, Modalidade e Valor dos Capitais Estrangeiros no Brasil (em milhões de Cruzeiros)

	Dívida Pública Externa		Investimentos Privados Diretos		Total	
	1914	1930	1914	1930	1914	1930
Grã-Bretanha	598	806	609	590	1207	1396
França	110	62	391	138	501	200
EUA	5	374	50	194	55	568
Outros	4	25	146	450	150	475
Total	717	1267	1196	1913	1913	2639

Fonte: Saes e Szmrecsányi (1985, p. 16).

Os dados revelam que, até 1930, a Grã-Bretanha permanecia como o maior exportador de recursos para o Brasil, inclusive em IED, confirmando os dados de Franco e Correia do Lago (2001). Porém, ao final desse período, a maior parte desses recursos destinava-se ao financiamento da dívida pública externa. Observa-se também uma redução absoluta no aporte de recursos franceses de ambos os tipos. Dessa forma, a França deixou de ser o segundo maior provedor de recursos com destino ao Brasil. A principal tendência foi a expansão do fluxo de capitais oriundos dos EUA, com um vertiginoso aumento no financiamento da dívida de 5 milhões para 374 milhões de cruzeiros e nos IED em cerca de quatro vezes, conduzindo os norte-americanos à posição de segundo maior exportador de recursos para Brasil, substituindo os franceses.

1.3. O Alinhamento: da Equidistância Pragmática à participação na IIª Guerra Mundial

Entre 1933 e 1942, o Brasil traçou sua política externa pela chamada “equidistância pragmática”, caracterizada pela tentativa brasileira de obter o maior número de benefícios, em virtude da disputa sistêmica entre Estados Unidos e Alemanha, que marcou a década de 1930 (MOURA, 1980)

Seitenfus (1988) e Almeida (2013) observaram o aumento da presença alemã no comércio exterior brasileiro, duplicando sua participação na década de 1930 e rivalizando com os norte-americanos pelo posto de maior parceiro comercial do Brasil, por meio da estratégia do comércio compensado, ou seja, sem o uso de divisas. Na visão de Pinheiro (2013, p.148), o Rio de Janeiro optou “por uma estratégia de aproximações alternadas e simultâneas com os Estados Unidos e a Alemanha”.

Neste período, ocorreu também a ascensão de Franklin Roosevelt (1933-1945) à presidência dos EUA, encerrando a política do “*big stick*” e iniciando uma fase mais cooperativa, denominada de “política da boa vizinhança” (HIRST, 2006). Essa tendência aprofunda-se após o início da IIª Guerra Mundial (1939-1945), especialmente depois do ataque a Pear Harbour (1941). Com Roosevelt, os EUA constroem um “sistema de segurança hemisférico baseado em programas bilaterais de cooperação” (HIRST, 2006, p 95). A efetividade dessa política é ressaltada por Pinheiro (2013), que observou a mudança de perfil dos países da América Latina em relação a sua postura na guerra, saindo da neutralidade até o rompimento de relações com o Eixo.

Nesta quadra histórica, o Brasil tornou-se peça essencial no esforço de guerra dos EUA. Para Pinheiro (2013), o apoio brasileiro era fundamental para a obtenção de materiais estratégico para a indústria de guerra e para o estacionamento de tropas. Além disso, o país era o líder na América Latina, e o lado para o qual se inclinasse poderia conduzir o resto do subcontinente (ALMEIDA, 2013).

Em uma estratégia bem articulada, Getúlio Vargas (1930-1945) conquistou uma série de benesses para o país, por meio da “barganha nacionalista”, na qual o Estado brasileiro explorou a rivalidade sistêmica e conseguiu construir bons acordos com Washington (ALMEIDA, 2013). O acordo mais emblemático foi a implantação de uma siderúrgica no Brasil, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Além disso, o país conseguiu melhores condições para vender o café nos EUA, acessar o mercado canadense de algodão e vender minerais estratégicos ao norte-americanos (SEITENFUS, 1985). Os Estados Unidos tinham por objetivo incluir o Brasil em seu sistema de poder, por meio de acordos econômicos (CERVO; BUENO, 2011).

A equidistância pragmática acaba em 1942, após o torpedeamento de dezenove navios mercantes brasileiros, conduzindo à declaração de guerra contra o Eixo e à construção de um acordo militar com os EUA para reequipamento das Forças Armadas, por meio do *Lend-Lease Act* (USA, 1941), e ao envio de combatentes para o Teatro de Operações da Europa, materializado pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) (PINHEIRO, 2013; ALMEIDA, 2013).

O final da Era Vargas mostrou a superioridade das relações comerciais do Brasil com os Estados Unidos, pois, ao analisar os dados da balança comercial, entre 1930 e 1945, consolidados pelo IBGE (BRASIL, 1990), observa-se que o vizinho do norte superou concorrentes como a Grã-Bretanha e a Alemanha.

Para fins de comparação, o período entre 1934 e 1940 demonstrou uma elevação do comércio com a Alemanha, especialmente em virtude do comércio compensado. Em 1929, 12,7% das importações brasileiras originavam-se da Alemanha contra 30,1% dos Estados Unidos. Em 1938, Berlim superou ligeiramente o Washington, com 25% das importações, contra 24,2%. Naquele mesmo ano, 34,3% do total das exportações brasileiras destinava-se aos EUA, enquanto 19,1% para a Alemanha. Porém, no final de 1941, o fim da barganha nacionalista promoveu o retraimento da participação alemã no comércio exterior brasileiro (BAUMANN; GONÇALVES, 2016).

Em relação aos IED, a queda nos investimentos britânicos foi acompanhada de uma expansão substancial dos norte-americanos, primeiramente entre 1936 e 1940 e, mais tarde, em 1943. O ano de 1946 marcou a equiparação entre os IED de ambos os países. Estima-se que cada um investiu 80 milhões de libras esterlinas (ABREU, 1986). Torna-se interessante recordar que, em 1930, os IED britânicos eram três vezes maiores que os norte-americanos (SAES; SZMRECSÁNYI, 1985).

2. O Fim do Relacionamento Especial

O período após a IIª Guerra Mundial marca uma série de frustrações no relacionamento bilateral. Pelo lado brasileiro, o país esperava maior reconhecimento por sua participação na luta contra o Eixo, mas a política externa norte-americana se voltou para o maniqueísmo Leste-Oeste (HIRST, 2006), reservando ao Brasil e aos demais países da América Latina apenas a participação em mecanismos de defesa hemisféricos, como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), de 1947, e a Organização dos Estados Americanos (OEA), de 1948 (PINHEIRO, 2013).

Durante os governos Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e Getúlio Vargas (1951-1954), existia a ideia de que “uma cooperação intensa com Washington seria o melhor caminho para o desenvolvimento do país”, sendo o alinhamento “elemento propiciador de um bom relacionamento comercial” (SILVA, 2013, p. 128 e 129). Esta visão se justificava pela tese do “desenvolvimento associado”, pois não havia espaço no sistema internacional para o Brasil abrir novos mercados, considerando que Europa e Japão estavam destruídos após a guerra e o bloco socialista não era uma opção, em virtude dos reflexos para a política interna (SILVA, 2013).

Os governos brasileiros do período não conseguiram observar que a colaboração no esforço de guerra, não apenas do Brasil, mas de todos os países da América Latina, não foi suficiente para iniciar uma fase de relacionamento especial (CERVO; BUENO, 2011). Os poucos investimentos realizados pelos Estados Unidos no projeto de desenvolvimento brasileiro foram consequência do contexto de guerra e não existiam mais causas para sua continuidade (ALMEIDA, 2013). A visão de Washington para os países do hemisfério se resumia ao “repúdio ao planejamento e à intervenção do Estado, críticas ao protecionismo” e “defesa contra o comunismo”, de modo a estrangular “as possibilidades de inserção autônoma dos países da região e perpetuando o modelo assimétrico de relacionamento” (ALMEIDA, 2013, p. 446).

Um dos poucos legados do período entre 1946-1951 foi a Missão Abbink (1949), que teve por objetivos “estudar os pontos de ‘gargalos’ do desenvolvimento brasileiro e estabelecer propostas para a superação destes gargalos” (ALMEIDA, 2013, p. 423). Contudo, a proposta não veio no momento mais adequado do relacionamento bilateral, pois as frustrações já eram visíveis. O Brasil esperava mais cooperação na área econômica e os Estados Unidos desejavam o envio de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia (1950-1953), fatos que não aconteceram (CERVO; BUENO, 2011).

O governo Vargas aproveitou-se da Missão Abbink para criar a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953) (ALMEIDA, 2013). Porém, a eleição de Dwight Eisenhower (1953-1961) foi acompanhada por uma mudança de prioridades para o assunto e os Estados Unidos extinguiram unilateralmente a comissão, enterrando o mito sobre a existência de um relacionamento especial entre os dois países (CERVO; BUENO, 2011).

Todo esse quadro de frustrações nas relações bilaterais produziu, a partir dos anos 1950, uma corrente crítica aos Estados Unidos dentro da intelectualidade brasileira (SILVA, 2013), que se manifestou fortemente durante os debates sobre a questão petrolífera e a criação da Petrobras e sobre a assinatura do acordo militar, de 1952, que também incluía tópicos acerca de fornecimentos de minerais atômicos (HIRST, 2006; GUILHERME, 1957).

2.1. O ensaio para a política externa contemporânea

Apesar das marcantes divergências, Juscelino Kubitschek (1955-1961) buscou uma aproximação, no início de seu mandato, com os Estados Unidos. Primeiramente, propondo medidas para reformulação do Acordo Militar de 1952, o qual se transformou em um instrumento para fornecimento de material bélico, e renunciou a obrigatoriedade de cessão de minerais estratégicos. Em 1956, o Brasil autorizou que os norte-americanos estabelecessem em Fernando de Noronha uma base para rastreamento de foguetes e concordou em enviar tropas para integrar a Força de Emergência das Nações Unidas, que atuou no Egito, em virtude da Crise de Suez, entre 1956-1957 (ALMEIDA, 2013). Em 1957, os dois governos assinaram um acordo de cooperação para uso civil da energia atômica (CERVO; BUENO, 2011).

Contudo, apesar de JK ceder em alguns pontos da relação bilateral, as conversas com Eisenhower se tornaram um diálogo de surdos. O segundo estava focado na agenda

de segurança hemisférica, atribuindo ao comunismo a causa de todos os males, enquanto o primeiro alegava que o comunismo era consequência do subdesenvolvimento e, para bani-lo, tornava-se necessário desenvolver o subcontinente (MOURA, 1991).

JK aumentou as críticas aos Estados Unidos, pois não conseguia o financiamento para seu Plano de Metas, enquanto a administração norte-americana aumentou sua irritação com o presidente brasileiro e permaneceu negando o apoio ao desenvolvimento (SILVA, 2013). A intenção do governo brasileiro era rever a política externa dos EUA para o continente, alterando seu foco do conflito ideológico e da segurança hemisférica para uma agenda de desenvolvimento, a qual deveria traduzir-se em investimentos públicos, assistência técnica e proteção ao preço das commodities (PINHEIRO, 2013).

Nesse momento de divergências, o governo brasileiro, apoiado pela maioria dos países da América Latina, organiza a Operação Panamericana (OPA), constituindo-se na primeira tentativa de multilateralizar as discussões sobre o desenvolvimento. A OPA quebrou paradigmas importantes, pois não se tratava de um fórum de discussão bilateral para a implementação de sugestões oriundas de Washington, mas uma discussão continental, mesmo que pouco articulada (ALMEIDA, 2013). Por isso, Cervo e Bueno (2011) atribuem a JK o pioneirismo na diplomacia contemporânea do Brasil.

Apesar de não atingir os resultados desejados como os investimentos propostos, a OPA contribuiu para criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em 1959; para a projeção internacional do Brasil; e para o desenvolvimento do regionalismo, pois, em seguida, foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, em 1960 (PINHEIRO, 2013; ALMEIDA, 2013).

Para finalizar esse conjunto de frustrações, em 1959, o Brasil rompeu com o Fundo Monetário Internacional (FMI), porém retornou aquela organização no ano seguinte, em 1960.

2.2. A Política Externa Independente

A Política Externa Independente (PEI), iniciada no governo Jânio Quadros (1961) e que prosseguiu, com outras denominações, nas administrações seguintes, possuiu por traço característico a intenção de diversificar as relações do Brasil, inclusive para melhorar suas condições de negociação junto aos Estados Unidos (PINHEIRO, 2013). Silva (2012) apresenta a PEI como uma reação ao descaso norte-americano durante as negociações da OPA, pois mostrou à América Latina que esta não era prioridade para

Washington. Para Almeida (2013), fatores internos contribuíram também para o desenvolvimento de uma nova fase na PEB, pois o Itamaraty saiu da esfera de domínio do Partido Social-Democrático (PSD), um partido conservador, passando ao controle de políticos representantes de partidos urbanos, como Afonso Arinos e San Tiago Dantas.

Cervo e Bueno (2011, p. 371 e 372), interpretando as palavras de San Tiago Dantas, apresentam que “a PEI não negava a importância dos EUA para as relações comerciais e para a cooperação econômica brasileiras”, porém, no entendimento de Almeida (2013, p. 454), ela “encerrava o longo ciclo americanista da história da república, que se consolidara a partir do Barão do Rio Branco”, ampliando os interesses brasileiros para além do continente. Para comprovar tal mudança, Almeida (2013, p. 457) elenca as características da PEI, que se tornaram a base da política externa brasileira na atualidade:

A autodeterminação dos povos. A luta pelo desarmamento e solução pacífica de controvérsias. A defesa da soberania e da não intervenção. A valorização do multilateralismo. A desideologização da ação externa brasileira. A diversificação de parcerias. O universalismo. A prioridade dada ao Desenvolvimento e Industrialização. A luta contra o Racismo. A aproximação com a África. A centralidade da América Latina na agenda de cooperação brasileira.

Refletindo o novo paradigma, a gestão San Tiago Dantas (1961-1962) no MRE promoveu o reatamento das relações diplomáticas com a URSS, em 1961, e se absteve de suspender Cuba da OEA, durante a Conferência de Punta del Leste, em 1962, aplicando o princípio da soberania e da não-intervenção (ALMEIDA, 2013). Contudo, o Brasil não se posicionou em favor do regime cubano, pois, conforme Pinheiro (2013, p. 174), a tese do Itamaraty era “a da ‘finlandização’ de Cuba, por meio de acordos de obrigações negativas”, a fim de implementar “medidas que evitassem a adesão de Havana ao bloco soviético quanto impedissem uma intervenção de Washington”. Mesmo assim, as relações com os Estados Unidos se tornariam mais complicadas (HIRST, 2006).

Vale ressaltar que, apesar das divergências na política externa entre Brasília e Washington, os IED norte-americanos, no período entre 1955 e 1963, passaram a liderar a lista de aportes no Brasil, totalizando cerca de US\$ 216,5 milhões, o equivalente a 43,5% dos recursos enviados para o país no período. Contudo, os outros seis maiores investidores no Brasil – Alemanha (US\$ 93,0 mi - 18,69%), Suíça (US\$ 36,2 mi - 7,27%), Inglaterra (US\$ 24,0 mi - 4,81%), Japão (US\$ 16,2 mi - 3,26%), França (US\$ 15,4 mi - 3,10%) e Canadá (US\$ 14,4 mi - 2,9%) – correspondiam a mais de 40% dos recursos

investidos, sinalizando a recuperação econômica da Europa e do Japão (CAPUTO; MELO, 2009).

Após a ascensão dos militares, em 1964, observou-se o “abandono das premissas da PEI e a retomada do alinhamento irrestrito com os Estados Unidos” (HIRST, 2006, p. 96), porém, esse período compreendeu apenas à presidência de Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), recebendo de Cervo e Bueno (2011, p. 8) o epíteto de “passo fora da cadência”, logo corrigido nas gestões posteriores.

Priorizando a defesa hemisférica, o Brasil rompe relações diplomáticas com Cuba, em 1964, sob a alegação de que governo da ilha adotou uma regime marxista-leninista (BRASIL, 1965). Ademais, o país aderiu ao bloqueio econômico imposto pelos EUA à ilha e passou a classificar a ilha como fonte da agitação marxista no continente (SILVA, 2013)

Além disso, o país participou ativamente da intervenção na República Dominicana, aliviando a responsabilidade do governo norte-americano do peso da ação militar. O Brasil assumiu o comando da Força Interamericana de Paz (FIP), organizada em 1965, sob a égide da OEA, tendo como seu primeiro comandante o general brasileiro Hugo Penasco Alvim (CERVO; BUENO, 2011). Nessa ação, o Brasil contribuiu com 1.150 homens (ALMEIDA, 2013). Brasília sentia que os EUA lhe outorgavam um mandato de guardião da segurança no subcontinente (SILVA, 2013), porém, isso apresentou repercussões negativas, pois os seus vizinhos passaram a enxergar, no Brasil, uma fonte de subimperialismo (CERVO; BUENO, 2011). Esse período sintetiza-se com a icônica frase de Juracy Magalhães, chanceler entre 1966 e 1967, ao afirmar: “o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil” (SILVA, 2013, p. 143)

O governo Artur da Costa e Silva (1967-1969) realizou uma correção de rumos, iniciando pela mudança do chefe da diplomacia, nomeando Magalhães Pinto (1967-1969), o qual, em um dos seus primeiros discursos, posicionou-se contra o estabelecimento de uma força permanente sob a égide da OEA nos moldes da FIP. Além disso, o Brasil voltou a procurar possibilidades de retomar sua autonomia no cenário de arrefecimento das disputas ideológicas Leste-Oeste. Essa percepção foi aprofundada no governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), pois buscava o desenvolvimento, invertendo a lógica Leste-Oeste pela Norte-Sul, procurando o fim da dependência tecnológica e da imposição das vontades dos países desenvolvidos sobre os demais (CERVO; BUENO, 2011).

2.3. O Fim do Ciclo Americanista na PEB: a Autonomia

O marco que baliza o fim do ciclo americanista na PEB está intimamente relacionado ao desejo brasileiro de atingir a autossuficiência energética, centrado na intenção de reduzir a dependência do petróleo pelo desenvolvimento de novas fontes de energia, destacando-se a nuclear e a hidroelétrica. Contrariando as intenções brasileiras, os norte-americanos, desde os acordos assinados por Getúlio Vargas, criavam óbices para o desenvolvimento da energia de origem nuclear por parte do Brasil (CERVO; BUENO, 2011). Essa questão cresceria de importância durante os governos militares, tendo em vista que, desde Castello Branco, o país não desejava nenhum tipo de limitação ao uso da tecnologia nuclear. Por isso, o governo Costa e Silva se recusou a assinar o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), de 1968 (ALMEIDA, 2013).

Somando-se a isso, a crise do petróleo de 1973 conduziu o governo brasileiro a desenvolver novas parcerias comerciais, especialmente com países fornecedores de hidrocarbonetos e a procurar diversificar as fontes energéticas, por meio da matriz hidroelétrica e nuclear (ALMEIDA, 2013).

No que concerne à política nuclear, durante o governo Médici, Brasília e Washington celebraram um acordo em que o Brasil compraria um reator nuclear da empresa norte-americana Westinghouse, a fim de instalá-lo na usina de Angra I. Contudo, os EUA mudaram de opinião e se recusaram a “prestar qualquer assistência no campo da energia nuclear e vetaram a venda de quaisquer equipamentos sensíveis para Brasília” (SILVA, 2013, p. 148). Para Abreu *et al* (2001), a crise do petróleo conduziu o governo Ernesto Geisel (1974-1979) a considerar o uso da energia nuclear como essencial para alcançar a autossuficiência energética brasileira até o início dos anos 2000. Por isso, o chanceler Azeredo da Silveira (1974-1979) buscou entendimentos com a República Federal da Alemanha e viabilizou um novo acordo nuclear. Porém, desta vez, estavam previstos a construção de oito usinas, o enriquecimento de urânio em solo brasileiro e a transferência de tecnologia. Os Estados Unidos mobilizam-se para inviabilizar o acordo, porém sem sucesso (ALMEIDA, 2013).

As relações bilaterais deterioraram-se mais ainda quando Jimmy Carter (1977-1981) assumiu a presidência norte-americana e elencou como uma de suas prioridades a promoção dos direitos humanos, criticando duramente os “regimes de segurança nacional” da América Latina, inclusive o Brasil, condicionando a ajuda militar ao “recebimento de um relatório elaborado pelo Departamento de Estado a pedido do

congresso americano sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil” (ALMEIDA, 2013, p. 535). Para Cervo e Bueno (2011, p. 439), a resposta brasileira foi “áspera” e surpreendente, pois Geisel renunciou o Acordo Militar de 1952, significando que não aceitaria ingerências externas em assuntos brasileiros.

Entretanto, essa postura de autonomia não foi sem custos. Gonçalves e Miyamoto (1993) afirmam que os Estados Unidos criaram dificuldades para a comercialização de têxteis de algodão, café solúvel, cacau e açúcar brasileiros em seu mercado.

Para Matias Spektor (2010), a inserção ecumênica e pragmática do Brasil tinha como pano de fundo o desejo de diversificar mercados e parcerias, especialmente para suavizar os impactos da crise mundial do petróleo. Adiciona Almeida (2013, p. 533), que a matriz realista da política externa de Geisel baseou-se em “um contexto internacional de diminuição das assimetrias de poder entre o Brasil e as potências, sobretudo os Estados Unidos, para se impor de modo mais assertivo na relação bilateral e nos foros multilaterais”. Para Fishlow (1982), o termo “relações especiais”, que anteriormente qualificava o relacionamento bilateral, não possuía mais sentido, em virtude da deterioração das relações entre Brasil e Estados Unidos, especialmente a partir do final dos anos 1950, e mais intensamente depois de 1967, culminando com a renúncia ao Acordo Militar de 1952, no ano de 1977.

Sobre o ponto de vista econômico, a inserção ecumênica e pragmática do Brasil foi pavimentada por uma bem-sucedida política de substituição de exportação, pois entre 1965 e 1977, os produtos manufaturados saltaram de 7,2% para 29,8% na pauta de exportações. Além disso, a participação do Brasil no comércio mundial aumentou de 0,88%, no biênio 1967-1968, para 1,20% em 1972-1973. Este esforço se relacionava com a necessidade de converter os países da periferia em caminho viável para os produtos manufaturados brasileiros (SILVA, 2013). Esse movimento promoveu mudanças na balança comercial brasileira, pois, apesar da prevalência dos EUA como maior parceiro comercial do país, os Estados da Europa Ocidental, da África e do Oriente Médio estabeleceram novos negócios com Brasília (BRASIL, 1990).

Considerações Finais

A análise do período entre 1902 e 1977 conduz a algumas reflexões sobre o relacionamento entre a geopolítica e a economia. A primeira conclusão é como o desenvolvimento da economia brasileira condicionou o relacionamento geopolítico entre

Brasília e Washington. Observou-se que a transição da esfera de influência britânica para a norte-americana, foi iniciada pelo Barão do Rio Branco, em sua gestão no Itamaraty (1902-1912), por meio da ascensão da importância do mercado americano em relação ao café brasileiro, porém a transição econômica foi relativamente longa, sendo concluída após 1946, quando os IED norte-americanos no Brasil superaram os britânicos.

O perfil geoeconômico do Brasil permaneceu fortemente subordinado aos EUA, em virtude do peso do comércio exterior norte-americano e do seu papel como principal investidor no país. A primazia norte-americana foi contestada pela disputa sistêmica entre EUA e Alemanha, de 1933 a 1945, que pleiteavam a posição de liderança no comércio com o Brasil. Vargas soube explorar tal confrontação geopolítica, promovendo o desenvolvimento da economia brasileira, por meio do financiamento dos EUA para construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Isso fortaleceu o processo de substituição das importações, o qual foi finalizado na gestão Juscelino Kubitschek, com o Plano de Metas.

Entre 1955-1961 ocorrem uma série de divergências no relacionamento bilateral, provocadas pelo desejo brasileiro de consolidar sua industrialização. Nesse período a diferença entre os objetivos políticos de Brasil e EUA ficara mais latente, pois o Planalto queria o desenvolvimento socioeconômico e a Casa Branca, a segurança hemisférica. Contudo, os desentendimentos não impediram que Washington investisse, entre 1955-1963, US\$ 216,5 milhões, o equivalente a 43,5% dos recursos enviados para o país no período. Apesar da primazia dos EUA, torna-se interessante observar que os investimentos oriundos dos países da Europa Ocidental e do Japão, quando somados, superavam os norte-americanos, indicando uma diversificação no cenário mundial.

O crescimento e a diversificação da economia brasileira, notadamente depois dos anos JK, concederam espaço para divergências no campo geopolítico, fato materializado na elaboração da Política Externa Independente (PEI) e de suas diretrizes. Essa tendência foi fortalecida nos governos militares, os quais ampliaram as exportações de produtos manufaturados e a participação do Brasil no comércio mundial, com a finalidade de ganhar mercados da África e no Oriente, em conformidade com a Diplomacia da Prosperidade (gestão Costa e Silva) e do Interesse Nacional (gestão Médici).

Dessa forma, pode concluir-se que Geisel, ao renunciar o Acordo Militar de 1952, pondo fim ao americanismo na Política Externa Brasileira (PEB), possuía respaldo econômico, por causa de uma redução relativa da importância econômica dos EUA para o

Brasil. Primeiramente, em virtude da ascensão econômica da Europa Ocidental e do Japão, bem como, do aumento do perfil industrial brasileiro, por meio da diversificação da pauta exportadora e dos mercados consumidores.

Referências

ABREU, Alzira; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Niemeyer (orgs). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ABREU, Marcelo P. As Relações Econômicas Anglo-brasileiras e a Consolidação da preeminência Norte-americana no Brasil, 1930-1945. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 16(3):413-426, set./dez. 1986.

ABREU, Marcelo P.; CORREA DO LAGO, Luiz Aranha. **A Economia Brasileira no Império, 1822-1889**, Texto para discussão, No. 584, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Economia, Rio de Janeiro, 2001.

ALMEIDA, João. **História do Brasil** (Manual do candidato). Brasília: FUNAG, 2013. 595 p.
BETHELL, Leslie. **O Brasil no Mundo**. Tradução de Denise Bottmann. In CARVALHO, José M. (Coord). **História do Brasil Nação: 1808 – 2010, Volume 2 - A Construção Nacional (1830 – 1889)**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Samo. **Economia** (Manual do candidato). Brasília: FUNAG, 2016. 508 p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2. ed. rev. e atual. Do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Textos e Declarações sobre Política Externa – Ano 1965**. Brasília, 1966, pp. 47-49.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Palácio do Itamaraty**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2016. Disponível em: <https://antigo.funag.gov.br/chdd/index.php/o-que-e-o-chdd/57-institucional/76-palacio-do-itamaraty>. Acesso em: 24 abril 2023.

BURNS, Bradford. **A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro: EMC, 2003, 270 p.

CAPUTO, A. C.; MELO H. P. de. A Industrialização Brasileira nos Anos de 1950: Uma Análise da Instrução 113 da SUMOC. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 3, 2009, p. 513- 538.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4. Ed. Brasília: Editora UNB, 2011.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Mundo / Idealismos, Novos Paradigmas e Voluntarismo**. In SCHWARCZ, Lília. (Coord). **História do Brasil Nação: 1808 – 2010, Volume 3 - A Abertura para o Mundo (1889 – 1930)**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

FISHLOW, Albert. **The United States and Brazil: the case of the missing relationship**. Foreign Affairs, 60 (4): 904-923, 1982. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/brazil/1982-03-01/united-states-and-brazil-case-missing-relationship>. Acesso em: 20 abril 2023.

- FRANCO, Gustavo H. B.; CORREA DO LAGO, Luiz Aranha. **A Economia da República Velha, 1889-1930**, Texto para discussão, No. 588, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Economia, Rio de Janeiro: 2001.
- GERHARDT, D. F.; FERNANDES DE AZEVEDO, W. **O preconceito estadunidense nas políticas internas e externas com a América Latina, durante a Guerra de Secessão e a expansão no século xx**. In: **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, [S. l.], v. 8, n. 14, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/71236>. Acesso em: 11 abr. 2023.
- GONÇALVES, Williams e MIYAMOTO, Shiguenoli. **Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, pp. 211-246.
- GUILHERME, Olympio. **O Brasil e a era atômica**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1957.
- HIRST, Mônica. **Os cinco "As" das Relações Brasil-Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação**. In ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (org). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agenda**. Vol. 1. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- MATTOS, Carlos de M. **Projeção Mundial do Brasil**. In: MATTOS, Carlos de M. **Geopolítica - Volume I**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.
- MCPHERSON, James. **Battle Cry of Freedom**. 1. Ed. New York: Oxford University Press, 1988.
- MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980
- _____, Gerson. **Sucessos e Ilusões – Relações Internacionais do Brasil durante e após a 2ª Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991
- PINHEIRO, Letícia. **O Brasil no Mundo**. In GOMES, Angela. (Coord). **História do Brasil Nação: 1808 – 2010, Volume 4 – Olhando para Dentro (1930 – 1964)**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- SAES, Flávio A. M.; SZMRECSÁNYI, Tamás. O Capital Estrangeiro no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 15(2):191-219, maio/ago, 1985.
- SALAZAR, Luis Suárez; LORENZO, Tânia García. **Las relaciones interamericanas: continuidades y cambios**. 1. Ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2008.
- SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: Poder e Submissão** uma história da política norte-americana em relação à América Latina. 1. Ed. Bauru: EDUSC, 2000. 504 p. (Coleção Ciências Sociais).
- SEITENFUS, Ricardo A. Silva. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos (1930-1942)**. São Paulo: Nacional, 1985.
- _____, Ricardo A. Silva. **O Brasil e o III Reich, 1933-1938**. In: KAHLE, Günter; PIETSCHMANN, Horst (Org.) **Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas**. Colonia: Böhlau Verlag, 1988. V. 25, p. 273-290
- SILVA, Francisco. **O Brasil no Mundo**. In REIS, Daniel. (Coord). **História do Brasil Nação: 1808 – 2010, Volume 5 – Modernização, Ditadura e Democracia (1964 - 2010)**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

SILVA, Heloísa. Deterioração dos termos de intercâmbio, substituição de importações, industrialização e substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 1, p. 39–65, jan. 2003.

SPEKTOR, Matias (Org.). **Azeredo da Silveira. Um depoimento**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

UNITED STATES OF AMERICA. **Message of President James Monroe at the commencement of the first session of the 18th Congress** (The Monroe Doctrine). 12/02/1823. Presidential Messages of the 18th Congress, ca. 12/02/1823-ca. 03/03/1825; Record Group 46; Records of the United States Senate, 1789-1990; National Archives. Disponível em: https://www.archives.gov/milestone-documents/monroe-doctrine?_ga=2.130473993.746047503.1682458888-726913418.1681519820. Acesso em: 21 abril 2023.

_____. **Lend Lease Bill**. Approved on March 11, 1941. Records of the U.S. House of Representatives, HR 77A-D13, Record Group 233, National Archives. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/lend-lease-act>. Acesso em: 21 abril 2023.

Recebido em 12.11.2023.

Publicado em 29.12.2023.